



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS  
Rua Gonçalves Dias, Nº 1260 - Bairro Funcionários - CEP 30140-096 - Belo Horizonte - MG - www.tjmg.jus.br  
Andar: 4º

## TERMO DE REFERÊNCIA Nº 21411482 / 2025 - TJMG/SUP- ADM/DIRSEP/GESEG/COSEC/SECONP

### 1. Setor Requisitante, Gestor e Fiscal do Contrato.

**1.1.** Setor Requisitante: Direção e Administração da Comarca de Ituiutaba, através do Serviço de Controle Operacional dos Serviços Gerais da 1ª Instância - SECONP.

**1.2.** Gestor: O gestor do contrato será o servidor efetivo ocupante do cargo de Gerente da Gerência de Acompanhamento e Gestão de Serviços Gerais – GESEG.

**1.3.** Na qualidade de Fiscal Técnico e Administrativo, fica designado o servidor efetivo ocupante do cargo de Coordenador do Serviço de Controle Operacional dos Serviços Gerais da 1ª Instância - SECONP.

**1.4.** Na qualidade de FISCAL setorial fica designado o Juiz (a) Diretor (a) da comarca de Ituiutaba ou servidor (a) efetivo (a) por ele (a) designado (a).

### 2. Objeto.

**2.1.** Prestação de serviços de supressão de uma árvore da espécie *Mangueira (Mangifera indica)*, a poda drástica de outra árvore da mesma espécie, bem como o recolhimento de entulhos e resíduos gerados durante o processo de revitalização. Os serviços deverão ser executados com mão de obra qualificada e a utilização de equipamentos adequados, garantindo a segurança e a eficiência das atividades realizadas.

### 2.2. Especificação do Objeto

| ITEM DE MATERIAL OU SERVIÇO | ESPECIFICAÇÃO DO OBJETO                                                                                                                            | QUANTIDADE/UNIDADE DE AQUISIÇÃO |
|-----------------------------|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|---------------------------------|
| 000004731                   | SUPRESSÃO DE 01 (UMA) ÁRVORE DA ESPÉCIE MANGUEIRA (MANGIFERA INDICA) E A PODA DRÁSTICA DE 01 (UMA) ÁRVORE DA ESPÉCIE MANGUEIRA (MANGIFERA INDICA). | 1 UNIDADE                       |

### 3. Justificativa.

**3.1.** A contratação se justifica pela necessidade de revitalização das áreas ajardinadas situadas nos limites do terreno do Fórum da Comarca de Ituiutaba, proporcionando um ambiente mais seguro e saudável.

#### **4. Descrição da solução.**

**4.1.** A prestação dos serviços deverá ser realizada com presteza, alcançando a revitalização pretendida e gerando um aspecto mais seguro e agradável às áreas ajardinadas do Fórum da Comarca de Ituiutaba.

#### **5. Requisitos da contratação.**

**5.1** A intervenção não deve modificar a topografia do terreno.

**5.2** Caso o pretenso fornecedor pretenda visitar o local da prestação e/ou fornecimento, poderá ser agendado previamente com a Direção/Administração da comarca, nos endereços e contatos abaixo:

Fórum Desembargador Newton Ribeiro da Luz, Avenida Sadalla Jorge, 400 Universitário, Ituiutaba - MG, CEP: 38302224. Telefones: (34) 3271-9800 (34) 3271-9801.

#### **6. Condições de Execução dos Serviços.**

**6.1.** Os dias e horários disponíveis para a realização dos serviços são de segunda a sexta-feira, das 8h às 17h.

**6.2.** O prazo para início da prestação dos serviços deve ser de até 5 dias úteis a partir da data de contratação.

**6.3.** É de total responsabilidade da Contratada a alocação de todos os recursos humanos e equipamentos necessários, incluindo os de proteção individual e coletiva, para a realização dos serviços.

**6.4.** A Contratada deve empregar os instrumentos e meios necessários para realizar os serviços, em conformidade com os dispositivos legais pertinentes.

**6.5.** A contratada deverá recolher e dar o devido destino para os resíduos gerados na execução do objeto.

#### **7. Gestão e acompanhamento do contrato.**

**7.1.** A gestão e acompanhamento ocorrerão em conjunto, entre Geseg/Seconp e Direção/Administração da comarca de Ituiutaba via e-mail, telefone e/ou, preferencialmente, via Sistema Eletrônico de informações - SEI, de modo a garantir o fornecimento e prestação em níveis satisfatórios. Possíveis riscos, como fornecimento incompleto, insatisfatório, ausência de prestação, poderá ser corrigido imediatamente, dentro do prazo do contrato. O pagamento somente será realizado após a aprovação pela Direção ou Administração da comarca sobre os serviços estipulados neste Termo.

#### **8. Obrigações do Tribunal.**

**8.1.** Permitir, respeitadas as normas internas, o acesso dos funcionários da Contratada nas dependências do Tribunal para prestação dos serviços.

**8.2.** Rejeitar, no todo ou em parte, os serviços entregues que estejam em desacordo com as obrigações assumidas pela Contratada, indicando as razões da recusa.

**8.3.** Exigir a substituição de qualquer profissional que, verificada sua incompetência para a execução das tarefas ou hábitos prejudiciais à boa administração dos serviços, não atenda aos padrões exigidos.

**8.4.** Efetuar os pagamentos nas condições e preços acordados.

## **9. Obrigações da Contratada.**

**9.1.** Responsabilizar-se por qualquer dano causado ao Tribunal durante a realização dos serviços, respondendo por eventuais danos ou prejuízos, e corrigir, às suas expensas, defeitos verificados resultantes da inadequação da execução do objeto do contrato.

**9.2.** Executar os serviços com esmero e perfeição, de acordo com os padrões de desempenho e qualidade, utilizando material de qualidade e pessoal especializado.

**9.3.** É de total responsabilidade da Contratada alocar todos os recursos humanos e equipamentos, incluindo os de proteção individual e coletiva, necessários para a realização dos serviços.

**9.4.** Empregar os instrumentos e meios necessários para recolher o material arrancado/capinado e garantir a destinação correta, conforme os dispositivos legais pertinentes.

**9.5.** Arcar com todas as despesas pertinentes à execução dos serviços, incluindo materiais, equipamentos, deslocamento, mão de obra, seguros, impostos, taxas, encargos e demais despesas necessárias para a perfeita execução do objeto contratado.

**9.6.** Recolher e dar o devido destino para os entulhos e resíduos gerados na execução do objeto.

## **10. Pagamento.**

**10.1.** O pagamento ocorrerá através de depósito/transferência bancária para a conta corrente do contratado, após conclusão e aprovação do serviço atestado pela Direção/Administração da comarca.

## **11. Estimativa do valor da contratação.**

**11.1.** A estimativa de preço poderá ser baseada nos orçamentos realizados na cidade de Ituiutaba, com os seguintes valores: WM SERVIÇOS (R\$ 25.000,00), BELISARIO SERVIÇO & COMERCIO LTDA (R\$ 30.000,00) e ALEX SILVA DE ALMEIDA (R\$ 100.000,00).

## **12. Sanções.**

**12.1.** Pela inexecução total ou parcial do contrato, erro de execução, execução imperfeita, atraso injustificado e inadimplemento contratual, a administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar as seguintes sanções ao fornecedor:

**a. Advertência:** Quando houver causa de inexecução parcial do contrato, sempre que não se

justificar a imposição de penalidades mais graves.

#### **b. Multa:**

**Moratória de 0,3%** (zero vírgula três por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 dias.

**Moratória de até 20%** (vinte por cento) sobre o valor total do contrato, em caso de atraso superior a 60 dias, entrega de objeto com vícios ou defeitos ocultos que o tornem impróprio para o uso, ou fora das especificações contratadas, com possível rescisão contratual.

**Compensatória de 0,5%** (cinco décimos por cento) até 30% (trinta por cento) sobre o valor total do contrato, em caso de inexecução total do objeto.

### **13. Práticas de sustentabilidade ambiental**

**13.1.** A Contratada deverá instruir seus empregados acerca das diretrizes do Programa de Logística Sustentável - PSL do TJMG, a fim de garantir que a prestação de serviços se dará dentro dos padrões de sustentabilidade desejáveis.

**13.2.** A Contratada deverá adotar práticas de sustentabilidade ambiental na execução do serviço e no fornecimento dos produtos utilizados nas rotinas de trabalho.

**13.3.** A Contratada deverá se responsabilizar pela adoção das medidas necessárias à proteção ambiental e às precauções para evitar a ocorrência de danos ao meio ambiente e a terceiros, observando o disposto na Legislação Federal, Estadual e Municipal.

**13.4.** Os resíduos decorrentes da execução dos serviços devem ter a correta destinação, sob responsabilidade da Contratada.

### **14. Vigência.**

**14.1.** O prazo de vigência do contrato será de 45 (quarenta e cinco dias), contados a partir da sua assinatura, podendo ser prorrogado, desde que justificadamente, pelo prazo necessário à conclusão do objeto. Será uma prestação única, tipo escopo.

### **15. Dotação orçamentária.**

**15.1.** Da classificação:

As despesas correrão à conta das seguintes Dotações Orçamentárias:

4031.02.061.706.4395.0001.3.3.90.39.22.0.60.1



Documento assinado eletronicamente por **Eleusa Maria Gomes, Juiz(a) Diretor(a) do Foro**, em 09/01/2025, às 09:46, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



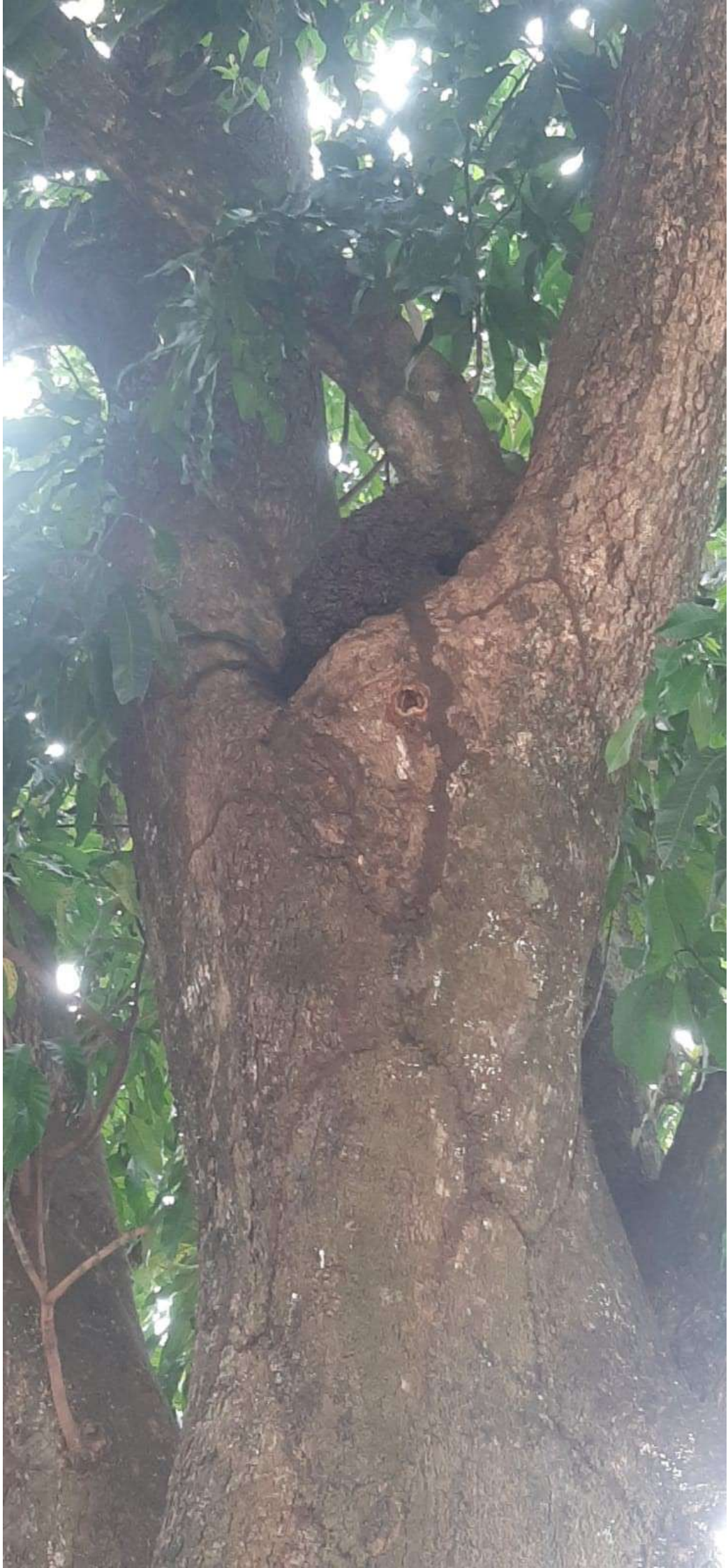
Documento assinado eletronicamente por **Tatiane Alves Costa, Coordenador(a)**, em 09/01/2025, às 11:24, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://sei.tjmg.jus.br/autenticidade> informando o código verificador **21411482** e o código CRC **4AF81F8A**.

0277762-78.2024.8.13.0342

21411482v4



























# P R E F E I T U R A   D E   I T U I U T A B A

- PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO -

Ofício nº 933/PROGERAL/2024

Ituiutaba/MG, 22 de novembro 2024.

Exma. Sra.

**Eleusa Maria Gomes**

Juíza de Direito e Diretora do Foro

Avenida Sadalla Jorge, nº 400  
Bairro Universitário  
Ituiutaba/MG  
CEP 38.302-224

Assunto: **Resposta ao Ofício nº 56318/2024 – TJMG 1ª/IUA – COMARCA/IUA – Adm. Fórum**

Exma. Juíza Diretora do Foro,

Cumprimentando-a cordialmente e em atenção ao expediente em epígrafe, encaminhamos o Relatório de Vistoria e Avaliação de Riscos de Árvores emitido pela Secretaria Municipal de Meio Ambiente e da Causa Animal – SMMACA, Boletim de Ocorrência nº B0249-2024-00000074, Autorização de Corte de Árvore Isolada e Guia de Recolhimento.

Na oportunidade, nos colocamos à disposição para maiores esclarecimentos e renovamos os votos de elevada estima e consideração.

**VINICIUS MELO COSTA**  
**Procurador Geral do Município**  
(Em Substituição)



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITUIUTABA

Secretaria Municipal de Meio Ambiente e da Causa Animal - Telefone (34) 3271-8293

Avenida Cinco – A, nº 30 – Centro – Ituiutaba-MG – CEP: 38300-154

[www.ituiutaba.mg.gov.br/meioambientecausaanimal](http://www.ituiutaba.mg.gov.br/meioambientecausaanimal)



Ofício nº 231/2024/SEMMACA

Ituiutaba-MG, 14 de Novembro de 2024.

AO TJMG 1ª/IUA – COMARCA/IUA – Administração do Fórum

**Assunto: Vistoria e Avaliação de Riscos de Árvores – Resposta ao Processo Administrativo nº 23408/2024**

A Secretaria Municipal de Meio Ambiente e da Causa Animal (SEMMACA), por meio de seu Secretário Municipal, Gabriel Rodrigues de Souza, vem, respeitosamente, autorizar a supressão de 01 (uma) árvore da espécie Mangueira (*Mangifera indica*) e a poda drástica de 01 (uma) árvore da espécie Mangueira (*Mangifera indica*), localizadas no prédio do Fórum de Ituiutaba, situado à Rua Vereador Geraldo Moisés da Silva, nº 555, Bairro Universitário. A autorização se dá conforme o resultado da vistoria realizada em parceria com a Defesa Civil Municipal e o Corpo de Bombeiros Militar de Ituiutaba, conforme o Boletim de Ocorrência nº B0249-2024-00000074 e as imagens anexas.

Em atendimento à solicitação do requerente, a equipe de fiscalização da SEMMACA realizou inspeções no local no dia 11/11/2024, constatando a necessidade de supressão da árvore devido ao seu estado crítico de saúde. A Mangueira nº 02 foi identificada com fungo de podridão do tronco (fungo xilófago), que compromete a estrutura da planta, enfraquecendo seus tecidos e tornando os galhos secos, aumentando significativamente o risco de queda. Esse fungo se alimenta da celulose e da madeira, acelerando o processo de decomposição da árvore.

Além disso, foi verificado que, após a queda de um dos galhos da Mangueira nº 02, há infestação de cupins, que atacam a parte externa do tronco da árvore. Os cupins encontrados são do tipo cupim de madeira seca ou cupim de superfície, que podem causar danos significativos à árvore e devem ser monitorados para evitar prejuízos maiores.

**Riscos e Danos:**

**1. Danos Estruturais**

O principal risco é que, ao se alimentar da madeira e da casca, os cupins enfraquecem a estrutura da árvore. O ataque ao tronco pode comprometer a integridade da árvore, tornando-a mais suscetível a quedas ou quebras, especialmente em condições adversas como ventos fortes ou chuvas.



## 2. Prejuízo ao Fluxo de Nutrientes

Cupins que atacam tanto a parte externa quanto interna da árvore podem danificar o sistema vascular, prejudicando o transporte de água e nutrientes. Isso pode resultar em deficiência nutricional, enfraquecimento e redução no crescimento da árvore.

## 3. Entrada de Outras Pragas e Doenças

Os danos causados pelos cupins podem criar aberturas na casca da árvore, facilitando a entrada de outras pragas ou doenças, como fungos. Isso pode acelerar o declínio da planta e torná-la ainda mais vulnerável a outros patógenos.

## 4. Morte da Árvore

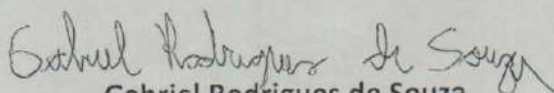
Em casos de infestação severa, onde grandes áreas da madeira ou casca são comprometidas, a árvore pode sofrer danos irreversíveis, resultando em sua morte. Esse tipo de dano é especialmente problemático em árvores frutíferas como a mangueira, que pode perder a capacidade de produzir frutos.

### Conclusão:

Diante das condições relatadas e com o intuito de evitar o risco de queda da árvore, o que pode representar perigo para pedestres e danos a bens públicos, concluímos que, conforme os relatórios de inspeção (REDs) e as imagens anexas, a Mangueira nº 01 apresenta risco 07 (não há risco iminente) e a Mangueira nº 02 apresenta risco 9 (risco iminente). Sendo assim, fica autorizada a supressão da Mangueira nº 02 e a poda drástica da Mangueira nº 01. Seguem, em anexo, a autorização e a guia de pagamento correspondente.

Agradecemos a atenção e colaboração e nos colocamos à disposição para quaisquer esclarecimentos adicionais.

Atenciosamente,

  
**Gabriel Rodrigues de Souza**

Secretário Municipal de Meio Ambiente e da Causa Animal  
COMPDEC - Defesa Civil Municipal



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITUIUTABA

Secretaria Municipal de Meio Ambiente e da Causa Animal - Telefone (34) 3271-8293

Avenida Cinco – A, nº 30 – Centro – Ituiutaba-MG – CEP: 38300-154

[www.ituiutaba.mg.gov.br/meioambientecausaanimal](http://www.ituiutaba.mg.gov.br/meioambientecausaanimal)

---

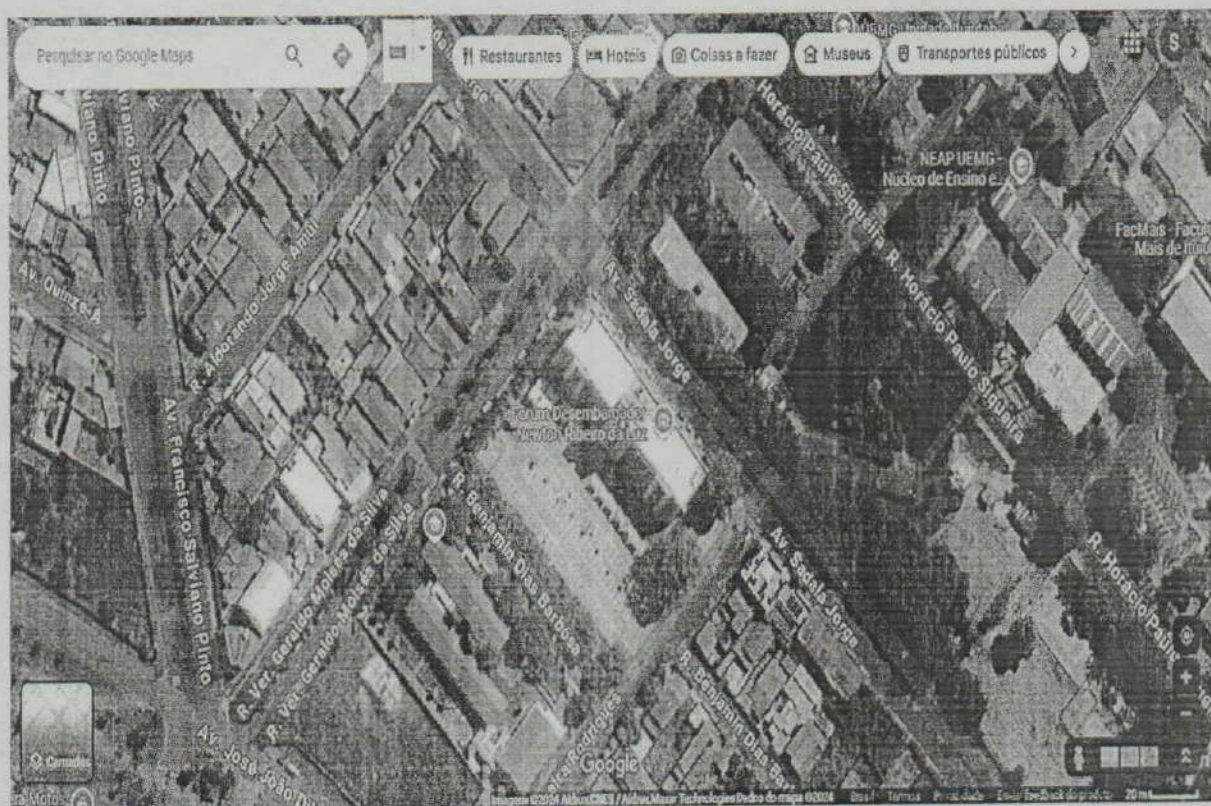


**Eleusa Maria Gomes**

Juíza de Direito e Diretora do Fórum

NESTA

## IMAGENS DO LOCAL





PREFEITURA MUNICIPAL DE ITUIUTABA

Secretaria Municipal de Meio Ambiente e da Causa Animal - Telefone (34) 3271-8293

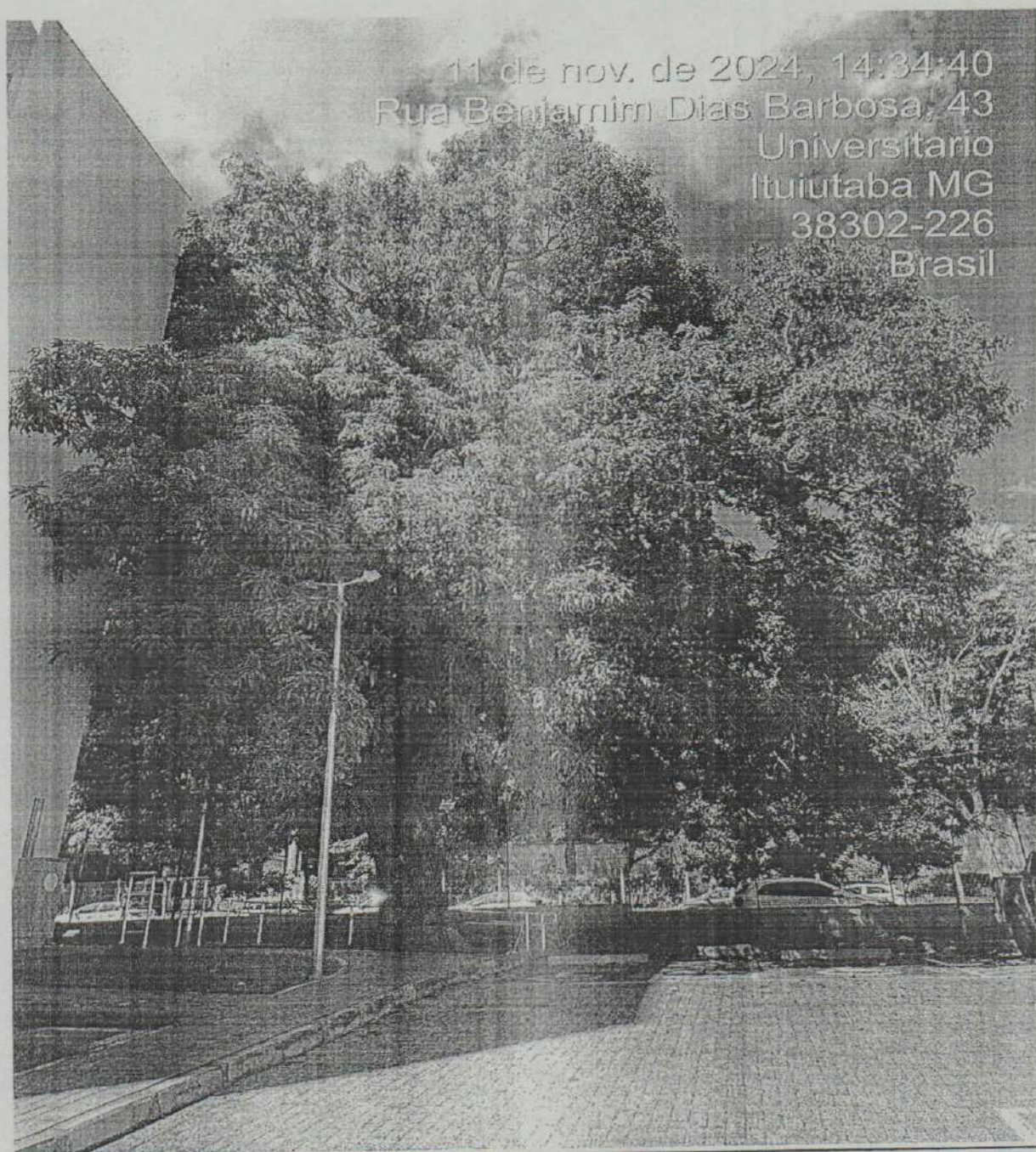
Avenida Cinco - A, nº 30 - Centro - Ituiutaba-MG - CEP: 38300-154

[www.ituiutaba.mg.gov.br/meioambientecausaanimal](http://www.ituiutaba.mg.gov.br/meioambientecausaanimal)



**IMAGENS DA ESPÉCIE A SER PODADA DRASTICAMENTE – MANGUEIRA Nº 01**

Em anexo, seguem as imagens da árvore **Mangueira nº 01**, que será submetida à poda drástica, conforme identificado nas inspeções realizadas e relatórios de vistoria.



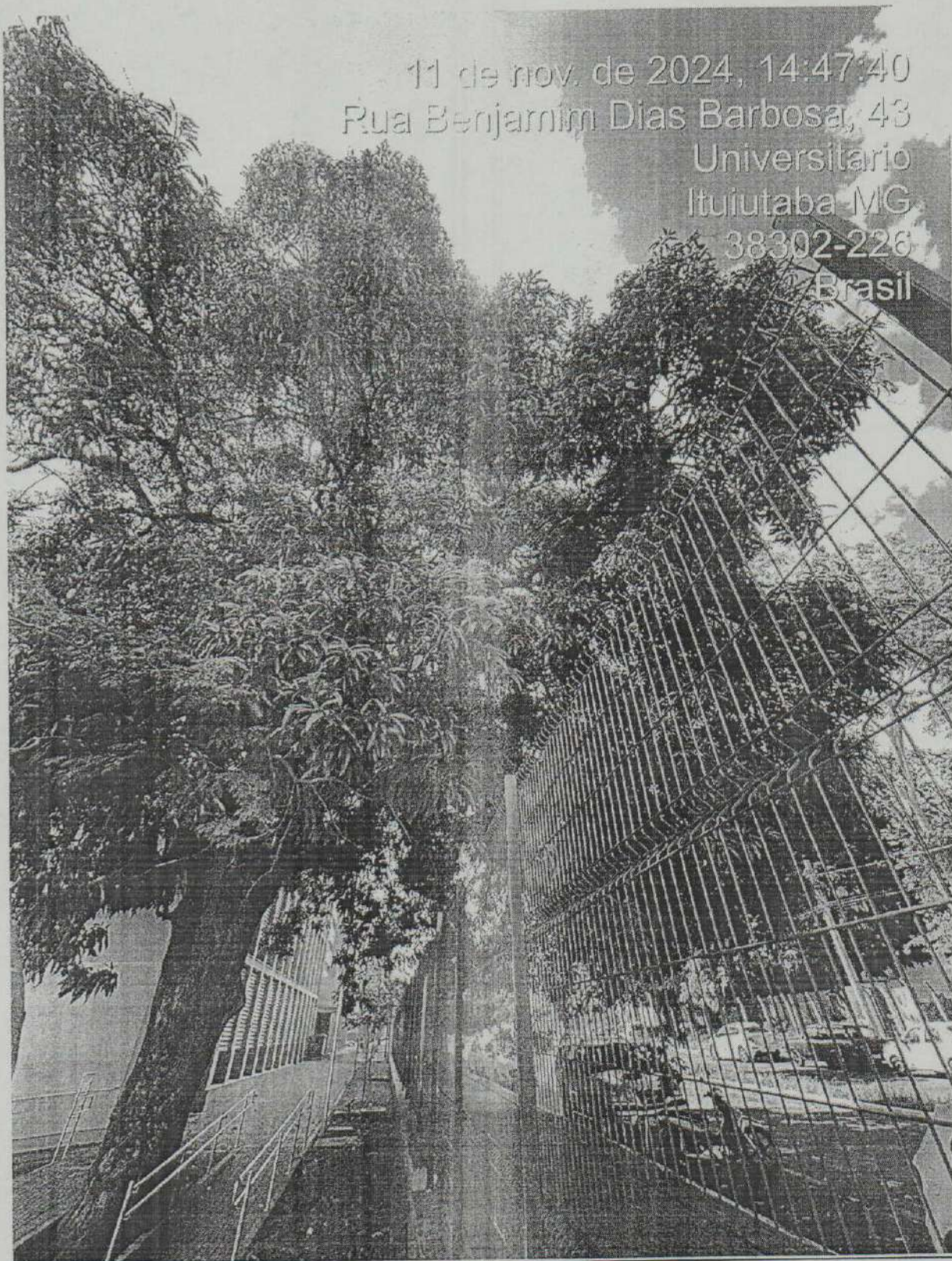


PREFEITURA MUNICIPAL DE ITUIUTABA

Secretaria Municipal de Meio Ambiente e da Causa Animal - Telefone (34) 3271-8293

Avenida Cinco - A, nº 30 - Centro - Ituiutaba-MG - CEP: 38300-154

[www.ituiutaba.mg.gov.br/meioambientecausaanimal](http://www.ituiutaba.mg.gov.br/meioambientecausaanimal)



11 de nov. de 2024, 14:47:40  
Rua Benjarnim Dias Barbosa, 43  
Universitário  
Ituiutaba MG  
38302-226  
Brasil



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITUIUTABA

Secretaria Municipal de Meio Ambiente e da Causa Animal - Telefone (34) 3271-8293

Avenida Cinco - A, nº 30 - Centro - Ituiutaba-MG - CEP: 38300-154

[www.ituiutaba.mg.gov.br/meioambientecausaanimal](http://www.ituiutaba.mg.gov.br/meioambientecausaanimal)



**IMAGENS DA ESPÉCIE A SER SUPRIMIDA – MANGUEIRA Nº 02**

Em anexo, seguem as imagens da árvore **Mangueira nº 02**, que será submetida à supressão, conforme identificado nas inspeções realizadas e nos relatórios de vistoria.



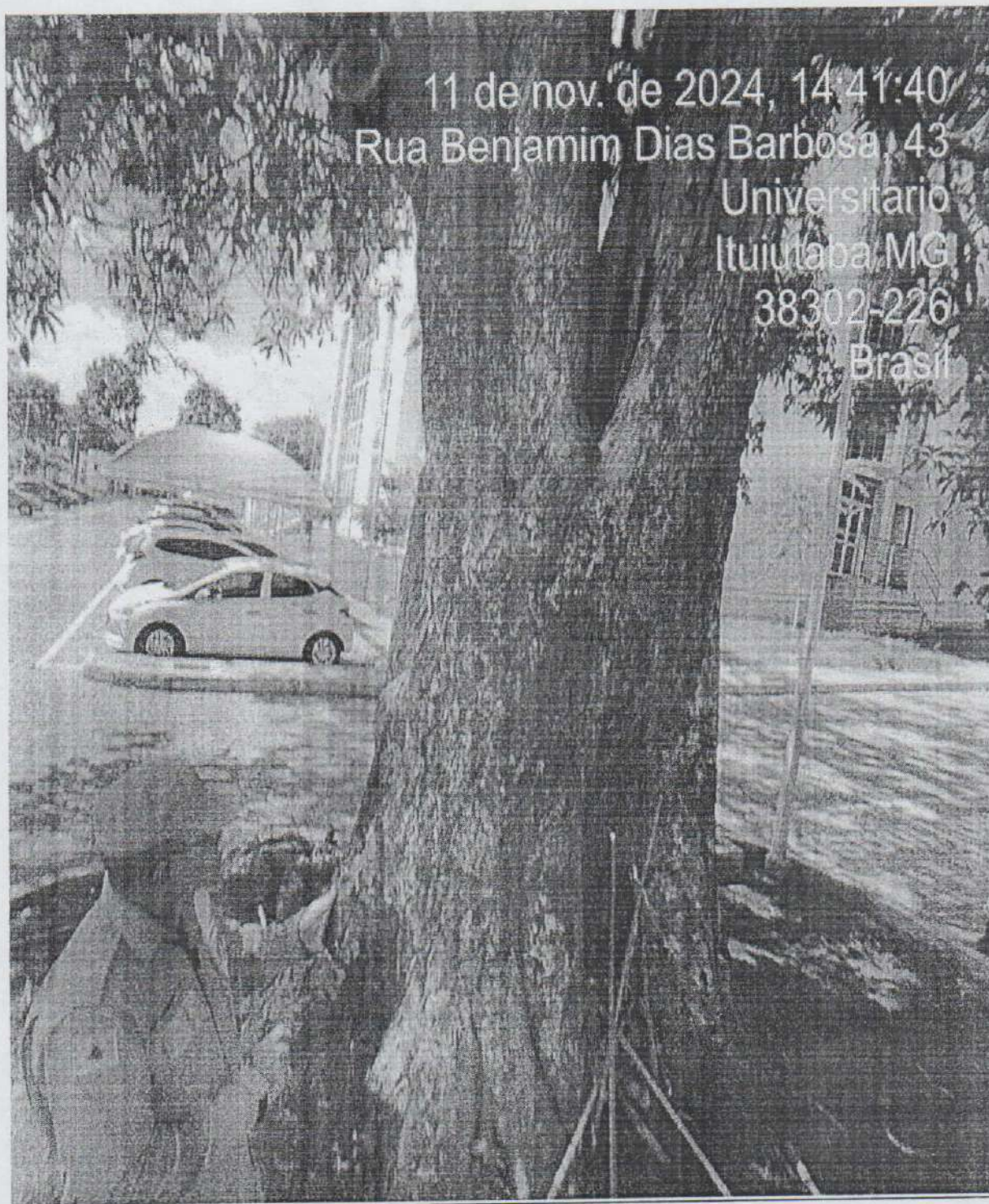


PREFEITURA MUNICIPAL DE ITUIUTABA

Secretaria Municipal de Meio Ambiente e da Causa Animal - Telefone (34) 3271-8293

Avenida Cinco - A, nº 30 - Centro - Ituiutaba-MG - CEP: 38300-154

[www.ituiutaba.mg.gov.br/meioambientecausaanimal](http://www.ituiutaba.mg.gov.br/meioambientecausaanimal)



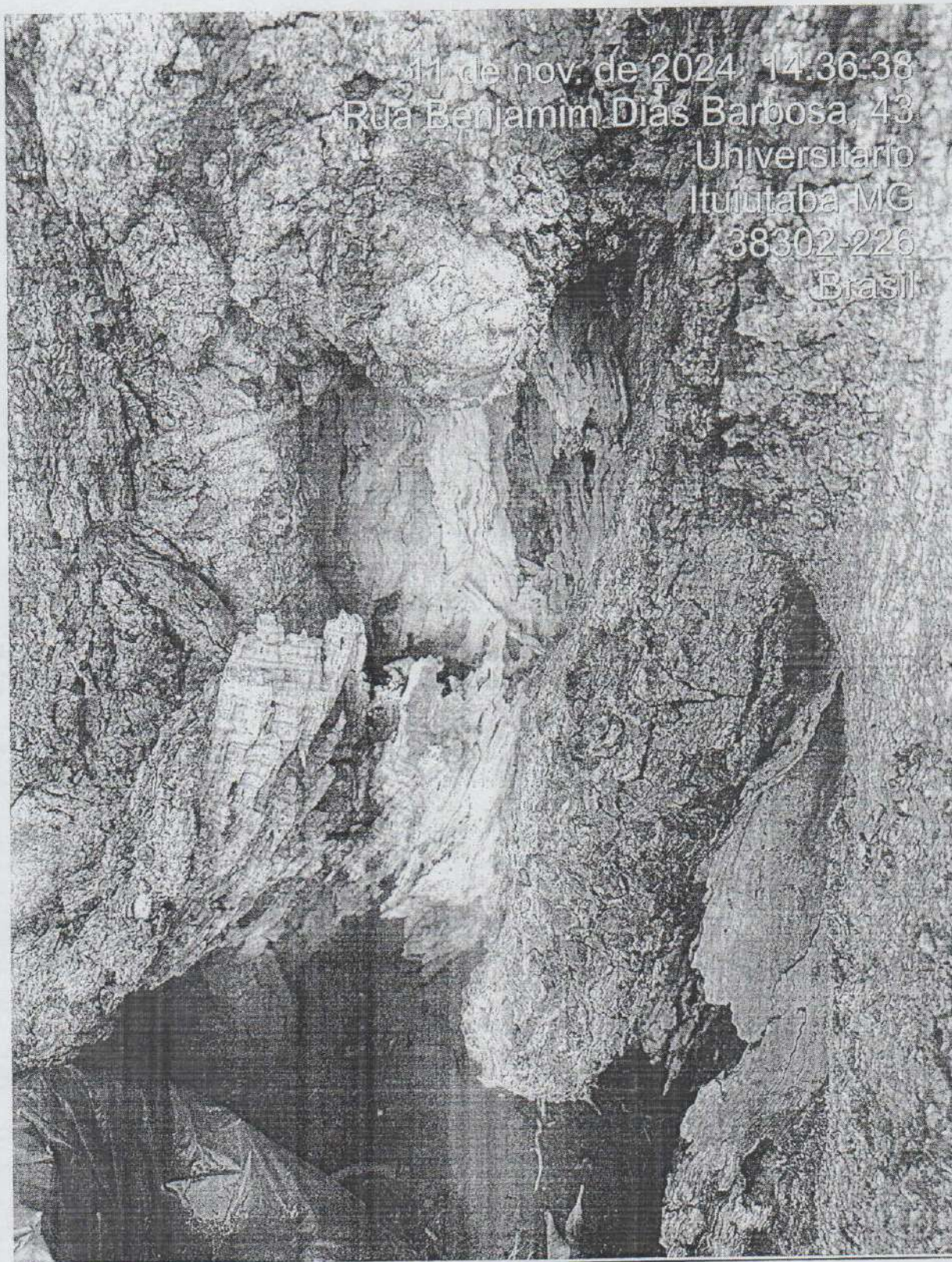


PREFEITURA MUNICIPAL DE ITUIUTABA

Secretaria Municipal de Meio Ambiente e da Causa Animal - Telefone (34) 3271-8293

Avenida Cinco - A, nº 30 - Centro - Ituiutaba-MG - CEP: 38300-154

[www.ituiutaba.mg.gov.br/meioambientecausaanimal](http://www.ituiutaba.mg.gov.br/meioambientecausaanimal)



11 de nov. de 2024 14:36:38  
Rua Benjamim Dias Barbosa, 43  
Universitário  
Ituiutaba MG  
38302-226  
Brasil

**RESULTADO FINAL: 7**  
**NÃO HÁ RISCO IMINENTE**

**RESUMO DA AVALIAÇÃO**

NÃO há riscos a pessoas. NÃO há risco a bens / propriedades

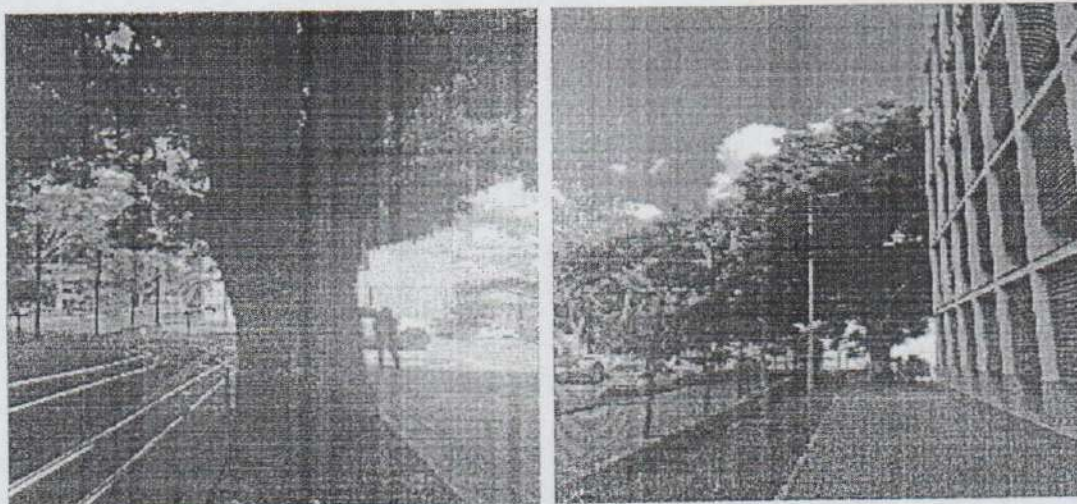
União fraca de galho com fissura + degradação

Diâmetro > 51 cm

Não adicionar pontuação

**ENDEREÇO, ESPÉCIME E DATA**

11/11/2024



Relatório gerado dia 11/11/2024 14:52:08

**RESULTADO FINAL: 9**  
**RISCO IMINENTE**

**RESUMO DA AVALIAÇÃO**

Há risco eventual a pessoas. (Ocupação ocasional)

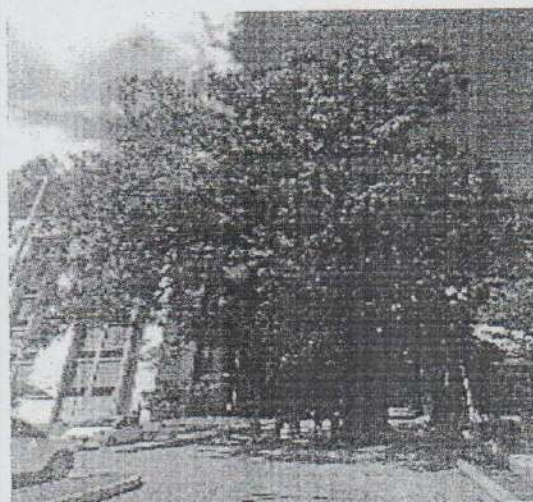
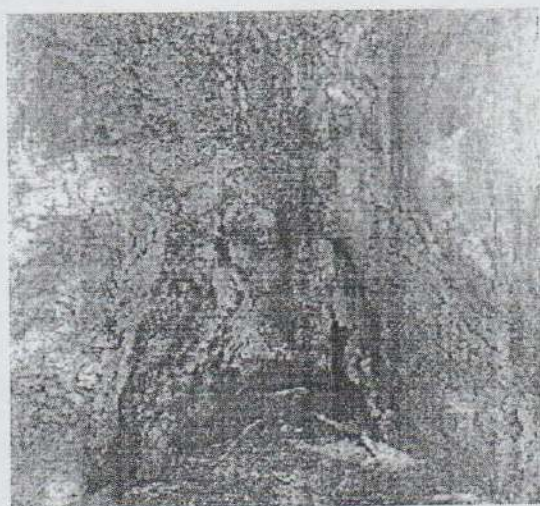
Tronco degradado ou cavidade excedendo os limites de segurança<sup>2</sup> + rachadura severa

Diâmetro > 51 cm

Não adicionar pontuação

**ENDEREÇO, ESPÉCIME E DATA**

11/11/2024



Relatório gerado dia 11/11/2024 14:44:10

### AUTORIZAÇÃO CORTE DE ÁRVORE ISOLADA

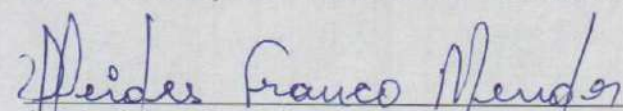
A Secretaria de Meio Ambiente de Ituiutaba – SEMMAI, encarregada de implantar a Política Municipal de Meio Ambiente, fazendo cumprir a Legislação Ambiental vigente, no uso de suas atribuições, conferidas pela Lei Federal nº 12.651 de 25 de maio de 2012 e pela Lei Estadual nº 20.922, de 16 de outubro de 2013, e Decreto Estadual de nº 47.749, de 11 de novembro de 2019, **AUTORIZA CORTE DE ÁRVORE ISOLADA** conforme especificado abaixo:

|                                                                                                                                                                                                                                                         |  |                                                                                                                            |  |
|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|--|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|--|
| <b>1. PROCESSO ADMINISTRATIVO: 23408/2024</b>                                                                                                                                                                                                           |  | <b>2. DATA EMISSÃO: 21/11/2024</b>                                                                                         |  |
| <b>3. DADOS DO REQUERENTE</b>                                                                                                                                                                                                                           |  |                                                                                                                            |  |
| <b>3.1. NOME:</b> Fórum de Justiça de Ituiutaba                                                                                                                                                                                                         |  | <b>3.2. CNPJ/CPF:</b> 21.154.554/0001-13                                                                                   |  |
| <b>3.3. ENDEREÇO e TELEFONE:</b> Avenida Sadalla Jorge, 400 - Universitário                                                                                                                                                                             |  |                                                                                                                            |  |
| <b>3.4. PROPRIETÁRIO DO IMÓVEL:</b> O mesmo                                                                                                                                                                                                             |  |                                                                                                                            |  |
| <b>4. LOCALIZAÇÃO DA (S) ÁRVORE (S)</b>                                                                                                                                                                                                                 |  |                                                                                                                            |  |
| <b>4.1. ENDEREÇO:</b> Avenida Sadalla Jorge, 400 - Universitário                                                                                                                                                                                        |  |                                                                                                                            |  |
| <b>5. DADOS DA INTERVENÇÃO</b>                                                                                                                                                                                                                          |  |                                                                                                                            |  |
| <b>5.1. Nº DE INDIVÍDUOS ARBÓREOS A SEREM CORTADOS:</b> 01                                                                                                                                                                                              |  | 01 Mangureira será cortada e 01 Mangureira será podada drasticamente.                                                      |  |
| <b>Nº DE INDIVÍDUOS ARBÓREOS A SEREM PODADOS:</b> 1                                                                                                                                                                                                     |  |                                                                                                                            |  |
| <b>5.2. MOTIVO DA SUPRESSÃO:</b> Árvore com fungo no tronco.                                                                                                                                                                                            |  |                                                                                                                            |  |
| <b>5.3. INTERVENÇÃO EM APP:</b> <input type="checkbox"/> SIM <input checked="" type="checkbox"/> NÃO                                                                                                                                                    |  |                                                                                                                            |  |
| <b>5.4. TIPO DE VEGETAÇÃO A SER</b>                                                                                                                                                                                                                     |  | <input type="checkbox"/> NATIVA <input checked="" type="checkbox"/> FRUTÍFERA <input checked="" type="checkbox"/> PLANTADA |  |
| <b>5.5. ESPÉCIE(S) INDEFERIDA(S):</b> Não Possui                                                                                                                                                                                                        |  | <b>5.6. Nº DE ESPÉCIES INDEFERIDAS:</b> Não Possui                                                                         |  |
| <b>6. MATERIAL LENHOSO</b>                                                                                                                                                                                                                              |  |                                                                                                                            |  |
| <b>6.1. DESTINAÇÃO:</b> Deverá ser destinado em conformidade com os artigos 21 do Decreto nº 47.749 de 11 de novembro de 2019.                                                                                                                          |  |                                                                                                                            |  |
| <b>7. COMPENSATÓRIA</b>                                                                                                                                                                                                                                 |  |                                                                                                                            |  |
| <b>7.1. LEGISLAÇÃO RELACIONADA:</b> <ul style="list-style-type: none"><li>Lei Estadual nº 20.308/2012</li><li>Portaria Normativa do IBAMA nº 83/1991</li><li>Decreto Estadual de nº 47.749/2019</li><li>Lei Nº 4.518, de 31 de agosto de 2017</li></ul> |  | <b>7.2. MEDIDA COMPENSATÓRIA:</b> <ul style="list-style-type: none"><li>Pagamento da Guia de Recolhimento.</li></ul>       |  |

#### OBSERVAÇÕES:

1. O material lenhoso não pode ser queimado.
2. Conforme o Código de Posturas do Município é proibido a permanência de qualquer entulho ou resíduos nos passeios e logradouros públicos em geral.

AUTORIZAÇÃO VÁLIDA ACOMPANHADA DO PAGAMENTO DA GUIA DE  
COMPENSAÇÃO AMBIENTAL - VALIDADE: UM ANO

  
Secretaria Municipal de Meio Ambiente e da Causa Animal – SEMMACA





TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS  
Rua Gonçalves Dias, Nº 1260 - Bairro Funcionários - CEP 30140-096 - Belo Horizonte - MG - www.tjmg.jus.br  
Andar: 6º

## MINUTA

### GECONT/CONTRAT

CT. nº. XXX/2025 (SIAD nº. XXXXXXXX)

À GECOMP/COALI,

Aprovo a minuta apresentada.

Em 23/01/2025.

**Kelly Soares de Matos Silva - TJ 8764-3**  
**Assessora Jurídica II - ASCONT**

### CONTRATO

de prestação de serviços de supressão de árvore, que entre si estabelecem o **TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS** e a empresa **XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX**.

O **TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS**, com sede em Belo Horizonte/MG, na Av. Afonso Pena nº. 4.001, CNPJ nº. 21.154.554/0001-13, a seguir denominado apenas **TRIBUNAL**, neste ato representado pelo Juiz Auxiliar da Presidência, **MARCELO RODRIGUES FIORAVANTE**, conforme delegação de competência que lhe foi atribuída pela Portaria TJMG nº. 6.626/PR/2024, de 04 de julho de 2024 e a empresa **XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX**, com sede em **XXXXXXXXXXXX/XX**, na **XXXXXXXXXXXX**, nº. **XXXX**, Bairro **XXXXXXXXXX**, CEP: **XXXXXXX**, CNPJ nº. **XXXXXXXXXXXXXXX**, a seguir denominada **CONTRATADA**, neste ato representada por seu **XXXXXXXXXXXXXXX**, CPF nº. **XXXXXXXXXXXXXXX**, conforme atos constitutivos da empresa e ou procuração apresentada nos autos do Processo SEI nº. 0277762-78.2024.8.13.0342, em observância às disposições da Lei Federal nº. 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislações aplicáveis, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato de prestação de serviços de supressão de árvore, decorrente do **Processo SISUP nº. XXX/2025 - Processo SIAD nº. XXX/2025 – Dispensa de Licitação/COTEP**, com fundamento no art. 75, inciso II da Lei Federal nº. 14.133, de 1º de abril de 2021, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

### DO OBJETO

**CLÁUSULA PRIMEIRA:** O objeto do presente instrumento é a prestação de serviços de supressão de uma árvore da espécie *Mangueira (Mangifera indica)*, de poda drástica de outra árvore da mesma espécie, bem como recolhimento dos entulhos e resíduos gerados durante o processo de revitalização das áreas ajardinadas situadas nos limites do terreno do Fórum da Comarca de Ituiutaba/MG, nas condições estabelecidas no Termo de Referência e conforme as seguintes especificações:

| CÓDIGO SIAD | ESPECIFICAÇÃO DO OBJETO                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                               | QUANTIDADE/UNIDADE DE AQUISIÇÃO |
|-------------|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|---------------------------------|
| 000004731   | <p>Prestação de serviços de:</p> <p><b>1 )</b> Supressão de 01 (uma) árvore da espécie mangueira (<i>mangifera indica</i>)</p> <p><b>2)</b> Poda drástica de 01 (uma) árvore da espécie mangueira (<i>mangifera indica</i>).</p> <p><b>Obs.:</b> Os serviços deverão ser executados com mão de obra qualificada e a utilização dos equipamentos adequados e necessários, garantindo a segurança e a eficiência das atividades realizadas, com recolhimento dos entulhos e resíduos gerados durante os procedimentos relacionados.</p> | 1 UNIDADE                       |

1.1. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

1.1.1. O Termo de Referência (evento nº. 21411482);

1.1.2. A Proposta da CONTRATADA (evento nº. XXXXXX);

1.1.3. Anexos dos documentos supracitados.

#### **DA GESTÃO E DA FISCALIZAÇÃO**

**CLÁUSULA SEGUNDA:** Observado o disposto no art. 117 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, e no Manual de Gestão e Fiscalização de Contratos, a execução deste Contrato será acompanhada e fiscalizada por um ou mais fiscais de contrato, ou por seus respectivos substitutos, representantes do TRIBUNAL especialmente designados, conforme requisitos estabelecidos no art. 7º da mesma lei.

2.1. Este contrato será gerido pelo(a) servidor(a) efetivo(a) ocupante do cargo de Gerente da **Gerência de Acompanhamento e Gestão de Serviços Gerais – GESEG**.

2.1.1. Para acompanhar e fiscalizar a execução do Contrato, na qualidade de FISCALIS, ficam designados: como Fiscal Técnico e Administrativo, o(a) servidor(a) efetivo(a) ocupante do cargo de **Coordenador(a) da Coordenação do Serviço de Controle Operacional dos Serviços da 1ª Instância — SECONP** e como Fiscal Setorial, o(a) **Juiz(a) Diretor(a) do Foro da Comarca de Ituiutaba/MG** ou servidor(a) efetivo(a) por este(a) designado(a), por meio de Termo de Designação.

2.1.2. A fiscalização poderá ser assistida e subsidiada por terceiros.

2.2. A supervisão, o controle e a fiscalização deste Contrato pelo TRIBUNAL não excluem nem reduzem a responsabilidade da CONTRATADA pelo cumprimento das obrigações decorrentes deste instrumento.

2.2.1. O fiscal registrará, em relatório, as deficiências porventura existentes na prestação dos serviços, encaminhando cópia à CONTRATADA para a correção das irregularidades apontadas, no prazo por ele assinalado.

2.3. A equipe de supervisão, controle e fiscalização do TRIBUNAL, à qual a CONTRATADA deverá facilitar o exercício de suas funções, terá poderes para fiscalizar a execução dos serviços, conforme as especificações técnicas.

2.4. A equipe de supervisão, controle e fiscalização do TRIBUNAL deverá acompanhar a regularidade fiscal da CONTRATADA perante o CAGEF, durante toda a execução contratual, tomando as providências cabíveis caso a manutenção dessa regularidade seja alterada.

2.5. A referida regularidade abrange também a verificação dos seguintes cadastros:

a) Cadastro Nacional de Empresas Punidas - CNEP;

b) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS;

c) Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa - CNIA;

d) Cadastro de Fornecedores Impedidos de licitar e contratar com a Administração Pública Estadual – CAFIMP.

2.6. O gestor e os fiscais deste Contrato devem monitorar e reavaliar periodicamente os riscos de integridade da CONTRATADA, conforme regulamento do TRIBUNAL.

2.7. A comunicação entre os gestores e/ou fiscais do TRIBUNAL e o preposto da CONTRATADA deverá ser realizada, preferencialmente, pelo SEI.

2.7.1. Os documentos eventualmente produzidos em outro meio, deverão ser juntados ao Processo SEI vinculado ao presente Contrato.

2.8. O gestor deste Contrato poderá solicitar à CONTRATADA informações complementares para acompanhamento de questões relacionadas à sua Integridade.

2.9. O gestor deverá realizar as anotações acerca do cumprimento de obrigações pela CONTRATADA, para fins de aplicação do art. 88, *caput* e parágrafos, da Lei federal nº 14.133, de 2021.

2.10. Na realização de reuniões deverão ser preservadas a transparência e a segurança jurídica pelas partes mediante:

a) o prévio agendamento das reuniões;

b) a presença de 2 (dois) ou mais servidores do TRIBUNAL;

c) o registro das deliberações e decisões em ata assinada por todos e inserida no respectivo processo SEI;

d) a prévia comunicação de que será efetuada a gravação da reunião em mídia eletrônica, com a respectiva disponibilização à contratada.

2.10.1. Sempre que possível, as reuniões deverão ser realizadas nas unidades do TRIBUNAL.

2.11. O gestor deverá emitir, explicitamente, decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, no prazo de, no máximo, 30 (trinta) dias corridos, a contar da data do protocolo do

requerimento devidamente instruído, admitida a prorrogação motivada, por igual período, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

**2.12.** Todo e qualquer entendimento entre a equipe de supervisão, controle e fiscalização do TRIBUNAL e a CONTRATADA deverá ser formalizado por meio do SEI, instruído com documento devidamente assinado pelos representantes das Partes, sem o que não terá validade.

**2.13.** A CONTRATADA deverá manter rotina de supervisão.

**2.14.** As regras específicas referentes ao modelo de gestão e fiscalização são as dispostas no Termo de Referência.

### **DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS**

**CLÁUSULA TERCEIRA:** O regime de execução contratual é o previsto no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

#### **3.1. Descrição da solução:**

**3.1.1.** A prestação dos serviços deverá ser realizada com presteza, alcançando a revitalização pretendida e gerando um aspecto mais seguro e agradável às áreas ajardinadas do Fórum da Comarca de Ituiutaba/MG.

#### **3.2. Requisitos da contratação:**

**3.2.1.** A intervenção não deve modificar a topografia do terreno.

#### **3.3. Condições de execução dos serviços:**

**3.3.1.** Local de prestação dos serviços: Fórum Desembargador Newton Ribeiro da Luz, localizado na Avenida Sadalla Jorge, nº. 400, Bairro Universitário, Ituiutaba/MG, CEP: 38.302-224. Telefones: (34) 3271-9800 (34) 3271-9801.

**3.3.1.** Os dias e horários disponíveis para a realização dos serviços: segunda a sexta-feira (em dias úteis, conforme calendário oficial do TJMG), das 8h às 17h.

**3.3.2.** O prazo para início da prestação dos serviços deve ser de até 5 (cinco) dias úteis a partir da data de contratação.

**3.3.3.** É de total responsabilidade da CONTRATADA a alocação de todos os recursos humanos e equipamentos necessários, incluindo os de proteção individual e coletiva, para a realização dos serviços.

**3.3.4.** A CONTRATADA deve empregar os instrumentos e meios necessários para realizar os serviços, em conformidade com os dispositivos legais pertinentes.

**3.3.5.** A CONTRATADA deverá recolher e dar o devido destino para os resíduos gerados na execução do objeto.

#### **3.4. Práticas de sustentabilidade ambiental:**

**3.4.1.** A CONTRATADA deverá instruir seus empregados acerca das diretrizes do Programa de Logística Sustentável - PLS do TRIBUNAL, a fim de garantir que a prestação de serviços se dará dentro dos padrões de sustentabilidade desejáveis.

**3.4.2.** A CONTRATADA deverá adotar práticas de sustentabilidade ambiental na execução do serviço e no fornecimento dos produtos utilizados nas rotinas de trabalho.

**3.4.3.** A CONTRATADA deverá se responsabilizar pela adoção das medidas necessárias à proteção ambiental e às precauções para evitar a ocorrência de danos ao meio ambiente e a terceiros, observando o disposto na Legislação Federal, Estadual e Municipal.

**3.4.4.** Os resíduos decorrentes da execução dos serviços devem ter a correta destinação, sob responsabilidade da CONTRATADA.

### **DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES**

**CLÁUSULA QUARTA:** Constituem obrigações:

#### **4.1. DO TRIBUNAL:**

**4.1.1.** Efetuar o pagamento nos termos especificados neste Contrato.

**4.1.2.** Emitir autorização para início da execução dos serviços, após aprovação do cronograma apresentado pela CONTRATADA.

**4.1.3.** Proporcionar todas as facilidades necessárias ao bom andamento da execução do objeto contratado.

**4.1.4.** Fornecer à CONTRATADA as informações e documentações indispensáveis à execução do objeto contratado.

**4.1.5.** Notificar a CONTRATADA, fixando-lhe prazo, para corrigir defeitos ou irregularidades encontradas na execução do objeto.

**4.1.6.** Rejeitar, no todo ou em parte, o objeto contratual entregue em desacordo com o previsto neste Contrato,

justificando as razões da recusa.

**4.1.7.** Notificar tempestivamente a CONTRATADA quanto a autuações, notificações e intimações que venha a receber, relativas ao descumprimento, pela CONTRATADA, de obrigações decorrentes de normas e legislação aplicáveis ao objeto deste Contrato.

**4.1.8.** Permitir ao pessoal técnico da CONTRATADA, devidamente identificado, livre acesso aos locais destinados à execução do objeto contratual.

**4.1.8.1.** Exigir substituição de qualquer profissional, que verificada a sua incompetência para a execução das tarefas ou hábitos prejudiciais à boa administração dos serviços, não atenda aos padrões exigidos.

**4.1.9.** Disponibilizar o local para cumprimento das obrigações previstas neste contrato.

**4.1.10.** Cumprir, de forma a não retardar os prazos da CONTRATADA, suas obrigações contratuais que constituam pré-requisitos para que ela cumpra suas obrigações.

**4.1.11.** Sustar os trabalhos sempre que considerar a medida necessária, justificando as razões da sustação.

**4.1.12.** Decidir, juntamente com o representante da CONTRATADA, todas as questões rotineiras que surgirem durante a execução dos serviços.

## **4.2. DA CONTRATADA:**

**4.2.1.** Reunir-se, antes do início da prestação dos serviços, com os fiscais/gestor deste Contrato para alinhamento das medidas a serem adotadas.

**4.2.2.** Executar o objeto contratual, nos prazos estipulados e de acordo com as especificações técnicas, normas técnicas e condições previstas neste Contrato.

**4.2.3.** Refazer, às suas expensas, o objeto contratual executado em desacordo com o estabelecido neste Contrato.

**4.2.4.** Realizar as atividades necessárias à execução do objeto deste Contrato.

**4.2.4.1.** Comunicar imediatamente a ocorrência que afete a execução do objeto contratual e/ou o cumprimento das obrigações.

**4.2.5.** Prestar os esclarecimentos que forem solicitados pela Gestão/Fiscalização durante a vigência deste Contrato e, no caso de reclamações, respondê-las no prazo determinado.

**4.2.6.** Indicar, no ato da assinatura deste Contrato e sempre que ocorrer alteração, informando e mantendo atualizados os dados referentes a endereço, telefone e e-mail, um ou mais prepostos para representá-la perante o TRIBUNAL em relação à execução do objeto.

**4.2.6.1.** A indicação ou a manutenção do preposto poderá ser recusada pelo TRIBUNAL, desde que devidamente justificada, devendo a CONTRATADA designar outro para o exercício da atividade.

**4.2.7.** Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei Federal nº. 8.078, de 11 de setembro de 1990), observados os prazos deste Contrato.

**4.2.8.** Indenizar e ressarcir terceiros e/ou o TRIBUNAL por todo e qualquer dano decorrente diretamente da execução do presente Contrato, por culpa ou dolo de seus empregados ou prepostos, inclusive por uso indevido de patentes

**4.2.8.1.** Para garantia do ressarcimento do dano e de eventuais indenizações, total ou parcial, tem o TRIBUNAL o direito de retenção sobre o pagamento devido à CONTRATADA.

**4.2.9.** Responsabilizar-se por todas as obrigações e encargos decorrentes deste Contrato, previstos na legislação pátria vigente, sejam de âmbito trabalhista, previdenciário, social e securitário, bem como pelas taxas, tributos, fretes, embalagens e quaisquer outros que incidam ou venham a incidir sobre a execução do objeto ora contratado, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao TRIBUNAL e não poderá onerar o objeto do Contrato.

**4.2.10.** Responsabilizar-se por todos e quaisquer recursos, conhecimentos, tecnologias, metodologias, mão de obra, equipamentos, infraestrutura e garantias necessários à execução do objeto, atendidos os requisitos técnicos e legais, garantida sua plena e integral realização em conformidade com as normas deste Contrato e demais normas técnicas aplicáveis aos serviços contratados, no que tange à sua qualidade, utilidade e segurança.

**4.2.11.** Manter, durante a vigência deste Contrato, de acordo com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na contratação.

**4.2.11.1.** O descumprimento do disposto no subitem anterior sujeita a CONTRATADA às sanções previstas neste Contrato, aplicadas após regular processo administrativo.

**4.2.12.** Manter, durante a vigência deste Contrato, sua regularidade fiscal perante o CAGEF, a ser aferida por meio da emissão de Certificado de Registro Cadastral (CRC).

**4.2.12.1.** O descumprimento do disposto no subitem anterior sujeita a CONTRATADA às sanções previstas neste Contrato, aplicadas após regular processo administrativo.

**4.2.13.** Abster-se de utilizar qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, bem como o trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre,

nos termos do art. 7º, inciso XXXIII da Constituição Federal.

**4.2.14.** Paralisar, por determinação do TRIBUNAL, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com as previsões deste Contrato e seus anexos, ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens.

**4.2.15.** Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as demais reservas de cargos previstas na legislação brasileira.

**4.2.15.1.** Comprovar o cumprimento da obrigação a que se refere o subitem acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas.

**4.2.16.** Guardar por si, por seus empregados e prepostos, em relação aos dados, informações ou documentos de qualquer natureza, exibidos, manuseados, ou que por qualquer forma ou modo venham a tomar conhecimento em razão do objeto deste Contrato, o mais absoluto sigilo, ficando, portanto, por força de lei civil e criminal, responsável por sua indevida divulgação, descuidada ou incorreta utilização, sem prejuízo da responsabilidade por perdas e danos a que der causa.

**4.2.16.1.** Orientar e treinar seus empregados sobre os deveres previstos na Lei Federal nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, em especial quanto às disposições referentes à proteção de dados constantes deste Contrato.

**4.2.17.** Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto para restabelecer o equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato nos termos do art. 124, II, d, da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

**4.2.18.** Alocar os empregados necessários, em número suficiente e com habilitação e conhecimento adequados ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência.

**4.2.19.** Conduzir as atividades com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local de execução do objeto e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.

**4.2.20.** Substituir ou reparar, às suas custas, os bens ou serviços justificadamente considerados em desconformidade com as Especificações Técnicas.

**4.2.21.** Responsabilizar-se pela adoção das medidas necessárias à proteção ambiental e às precauções para evitar a ocorrência de danos ao meio ambiente e a terceiros, observando o disposto na Legislação Federal, Estadual e Municipal.

**4.2.22.** Responder, independentemente de culpa, por eventuais danos ao meio ambiente causados por ação ou omissão de seus dirigentes, empregados e prepostos.

**4.2.23.** Permitir ao TRIBUNAL, a qualquer momento, a realização de auditoria da execução quanto à execução do objeto, bem como de supervisão, controle e fiscalização do Contrato, sem que isso incorra em isenção de responsabilidade à CONTRATADA.

**4.2.24.** Diligenciar para que seus empregados respeitem as normas internas e tratem com urbanidade e cortesia os magistrados, servidores, colaboradores e visitantes do TRIBUNAL.

**4.2.25.** Responsabilizar-se pela procedência lícita de quaisquer insumos aplicados na execução do objeto, mantendo a documentação fiscal comprobatória de aquisição de produto ou serviço para apresentação à Fiscalização a qualquer tempo.

**4.2.26.** Submeter previamente, por escrito, ao TRIBUNAL, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações técnicas deste Contrato.

**4.2.27.** Obter junto aos órgãos competentes, conforme o caso, as licenças, permissões, autorizações e demais documentos exigíveis na forma das legislações aplicáveis.

**4.2.28.** Informar ao gestor qualquer alteração nos dados da conta bancária indicada para fins de pagamento.

**4.2.29.** Observar e cumprir as regras previstas na Cartilha de Integridade para Licitantes e Contratados do Tribunal de Justiça de Minas Gerais.

**4.2.30.** Coibir atitudes discriminatórias ou preconceituosas de qualquer natureza, em relação a etnia, sexo, religião, estado civil, orientação sexual, faixa etária ou a condição física especial, bem como atos que caracterizem proselitismo partidário, intimidação, hostilidade ou ameaça, humilhação por qualquer motivo ou assédio moral e sexual, nos termos das Resoluções CNJ nº 255, de 04 de setembro de 2018, e nº 351, de 28 de outubro de 2020, bem como da Resolução TJMG nº 1.018, de 18 de janeiro de 2023 (e alterações posteriores).

**4.2.31.** Dar conhecimento aos colaboradores alocados na prestação dos serviços dos atos normativos e dos canais disponíveis acerca da Política de Prevenção e Enfrentamento do Assédio Moral, do Assédio Sexual e da Discriminação, promovendo ampla divulgação, com intuito de promover um ambiente saudável, colaborativo e que busca a construção de uma cultura de respeito mútuo, igualdade de tratamento e soluções dialogadas para os conflitos

no trabalho, nos termos da Resolução CNJ nº 351, de 2020 e da Resolução TJMG nº 1018, de 2023, (e alterações posteriores).

**DA VIGÊNCIA**

**CLÁUSULA QUINTA:** O prazo de **vigência** do presente Contrato será de **45 (quarenta e cinco) dias**, observado o disposto no artigo 105 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, contado a partir da data de sua disponibilização no PNCP, podendo ser prorrogado, por acordo entre as partes, mediante Termo Aditivo.

**5.1.** O prazo de vigência será automaticamente prorrogado, independentemente de termo aditivo, quando o objeto não for concluído no período firmado acima, ressalvadas as providências cabíveis no caso de culpa da CONTRATADA, previstas neste instrumento, observado o disposto no artigo 111 da Lei federal nº 14.133 de 2021.

**5.1.1.** Na hipótese de prorrogação automática do Contrato, é dever da CONTRATADA manter as condições de habilitação exigidas na Contratação Direta.

**DOS RECEBIMENTOS PROVISÓRIO E DEFINITIVO**

**CLÁUSULA SEXTA:** O objeto deste Contrato será recebido na forma prevista no art. 140, inciso I da Lei Federal nº. 14.133/2021.

**6.1.** O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do objeto, nem a ético profissional, pela sua perfeita execução nos limites estabelecidos em Lei.

**6.2.** As demais regras específicas para recebimento provisório e definitivo estão previstas no Termo de Referência, parte inseparável deste Contrato.

**6.3.** Satisfeitas as exigências legais, contratuais e constantes de normativos internos, lavrar-se-á Termo de Ateste de Recebimento para Execução Financeira, assinado por servidor ou Comissão designada.

**6.4.** Caso insatisfatórias as condições de recebimento, será lavrado Termo de Recusa, no qual se consignarão as desconformidades, devendo o produto rejeitado ser recolhido e substituído no prazo e condições estabelecidos no Termo de Referência.

**DO VALOR DOS SERVIÇOS**

**CLÁUSULA SÉTIMA:** O valor total deste Contrato é de **R\$ XXXXXXXX,XX** (XXXXXXXXXXXX), conforme a seguir descrito:

| CÓDIGO SIAD | ESPECIFICAÇÃO DO OBJETO                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                | QUANTIDADE/UNIDADE DE AQUISIÇÃO | VALOR TOTAL R\$ |
|-------------|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|---------------------------------|-----------------|
| 000004731   | Prestação de serviços de:<br><b>1 )</b> Supressão de 01 (uma) árvore da espécie mangueira ( <i>mangífera indica</i> )<br><b>2)</b> Poda drástica de 01 (uma) árvore da espécie mangueira ( <i>mangífera indica</i> ).<br><b>Obs.:</b> Os serviços deverão ser executados com mão de obra qualificada e a utilização dos equipamentos adequados e necessários, garantindo a segurança e a eficiência das atividades realizadas, com recolhimento dos entulhos e resíduos gerados durante os procedimentos relacionados. | 1 UNIDADE                       |                 |

**7.1.** No valor acima estão incluídos todos os custos e despesas decorrentes da execução do objeto, tais como tributos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, mão de obra, materiais, equipamentos, embalagens, fretes, seguro, dentre outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

**7.2.** Os preços unitários referentes aos acréscimos de itens previstos neste Contrato são os inicialmente contratados, considerados eventuais reajustes.

**7.3.** Na hipótese de celebração de aditivo contratual para inclusão de itens não previstos inicialmente neste Contrato, o valor referencial desses itens será calculado adotando os mesmos parâmetros de custos utilizados da época do orçamento da contratação.

**7.4.** Este Contrato corre à conta da **Dotação Orçamentária nº. 4031.02.061.706.4395.3.3.90.39.22** ou de outra que vier a ser consignada para este fim.

**7.5.** Os preços unitários e totais são os mesmos constantes da proposta apresentada pela CONTRATADA na contratação.

**7.6.** Eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro serão respondidos no prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias corridos, a contar da data do pedido, admitida a prorrogação mediante justificativa fundamentada.

#### **DO REAJUSTE**

**CLÁUSULA OITAVA:** Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano, contado da data do orçamento estimado em **10.01.2025**.

**8.1.** Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido da CONTRATADA, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo TRIBUNAL, do índice IPCA (IBGE).

**8.2.** Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

**8.2.1.** Para fins deste Contrato, considera-se início dos efeitos financeiros a data a partir da qual passaram a vigor os preços efetivamente reajustados.

**8.3.** No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o TRIBUNAL aguardará a divulgação.

**8.4.** Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

**8.5.** Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

**8.6.** Fica o TRIBUNAL obrigado a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços.

#### **DO PAGAMENTO**

**CLÁUSULA NONA:** O pagamento será realizado após a conclusão e aprovação dos serviços atestados pela Direção/Administração da Comarca de Ituiutaba/MG, considerando os valores estabelecidos neste Contrato.

**9.1.** A nota fiscal/fatura deverá ser emitida pela CONTRATADA, obrigatoriamente, com o número de inscrição no CNPJ apresentado nos documentos de habilitação, na proposta e contido neste Contrato, não se admitindo notas fiscais/faturas emitidas com outro CNPJ, mesmo aqueles de filiais ou da matriz.

**9.1.1.** A nota fiscal/fatura será apresentada após a conclusão e aprovação dos serviços ao TRIBUNAL acompanhada do Certificado de Registro Cadastral (CRC) para comprovação da regularidade fiscal perante o CAGEF.

**9.2.** A nota fiscal/fatura será emitida pela CONTRATADA em inteira conformidade com as exigências legais, especialmente as de natureza fiscal, acrescidas das seguintes informações:

**a)** indicação do objeto deste Contrato.

**b)** indicação do número deste Contrato.

**c)** indicação do período a que se refere o faturamento.

**d)** destaque, conforme regulação específica, das retenções incidentes sobre o faturamento (ISS, INSS, IRRF e outros), se houver.

**e)** destaque de valor relativo a qualquer retenção aplicada pelo TRIBUNAL, para produzir, exclusivamente, efeitos financeiros no ato de pagamento, não podendo alterar o valor total do documento fiscal.

**f)** conta bancária.

**9.3.** São condições para que o TRIBUNAL efetue qualquer liquidação e pagamento de despesa deste Contrato:

**a)** Documento fiscal preenchido conforme o disposto neste Contrato.

**b)** Termo de Ateste de Recebimento para Execução Financeira emitido pelo Gestor deste Contrato.

**9.3.1.** A apresentação da documentação acima é de responsabilidade exclusiva da CONTRATADA, sendo que a mora ou irregularidade no cumprimento desta obrigação poderá acarretar atraso na liquidação e no pagamento da despesa correspondente sem quaisquer ônus para o TRIBUNAL.

**9.3.2.** Nenhum pagamento será efetuado estando pendente qualquer obrigação da CONTRATADA, exceto a descrita no subitem 4.2.11 deste Contrato, sem que isso implique alteração do preço proposto, correção monetária, compensação financeira ou interrupção da prestação dos serviços.

**9.4.** Observadas as condições previstas nos subitens acima, caberá à CONTRATADA protocolizar a documentação junto ao TRIBUNAL, até o último dia útil do mês correspondente à data de emissão, para ser aprovado em até 03 (três) dias úteis.

**9.5.** As notas fiscais/faturas emitidas no mês de dezembro deverão dar entrada na Gerência de Execução Orçamentária e Administração Financeira – GEFIN/DIRFIN até a data definida em regulamento específico.

**9.5.1.** Não serão recebidos pelo TRIBUNAL documentos fiscais encaminhados após a data definida em regulamento específico, devendo ser emitidos e enviados a partir do início do exercício subsequente.

**9.6.** O pagamento será depositado na conta bancária da CONTRATADA, conforme programação orçamentária e financeira prevista na Portaria da Presidência 6.797, de 21 de agosto de 2024, disponível no link [https://www8.tjmg.jus.br/institucional/at/pesquisa.jsf?jsessionid=5299BD3F9DDCA9892C0375DA6B1C52BA.portal\\_node1](https://www8.tjmg.jus.br/institucional/at/pesquisa.jsf?jsessionid=5299BD3F9DDCA9892C0375DA6B1C52BA.portal_node1).

**9.6.1.** Os pagamentos devidos à CONTRATADA dependerão da efetiva prestação dos serviços.

**9.7.** Somente serão pagos os serviços efetivamente prestados e de acordo com as especificações que integram este Contrato.

**9.8.** O TRIBUNAL se reserva o direito de descontar do pagamento os eventuais débitos da CONTRATADA, inclusive os relacionados com multas, danos e prejuízos contra terceiros.

**9.9.** O TRIBUNAL, identificando qualquer divergência na Nota Fiscal, a devolverá à CONTRATADA para regularização, sendo que o prazo estipulado para o pagamento será contado a partir da sua reapresentação com as devidas correções ou esclarecimentos.

**9.9.1.** A devolução da fatura não aprovada pelo TRIBUNAL em nenhuma hipótese servirá de pretexto para que a CONTRATADA suspenda a execução dos serviços ou deixe de prestar o atendimento necessário.

**9.9.2.** No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, a parcela incontroversa será liberada no prazo previsto para pagamento.

**9.10.** Quando da efetivação do pagamento da nota fiscal/fatura serão deduzidos os valores correspondentes à retenção na fonte de tributos e contribuições de qualquer esfera de governo (federal, estadual ou municipal), na forma e modo determinado pelo ordenamento jurídico aplicável.

**9.11.** Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionado que os encargos moratórios devidos pelo TRIBUNAL, entre a última data prevista para pagamento e a correspondente ao efetivo adimplemento da parcela, serão pagos mediante solicitação da CONTRATADA, e calculados, “*pro rata tempore*”, por meio da aplicação da seguinte fórmula:

$$EM = I \times N \times VP$$

Na qual: EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela em atraso;

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$I = i/365$ , onde  $i$  = taxa percentual anual no valor de 6%.

**9.12.** Na hipótese de isenção/imunidade de algum tributo, a CONTRATADA deverá apresentar documentos comprobatórios, deduzindo este percentual do pagamento que lhe for devido.

**9.12.1.** No caso de isenção ainda não transitada em julgado, o valor será depositado em juízo até o término deste Contrato ou decisão terminativa.

#### **DA SUBCONTRATAÇÃO**

**CLÁUSULA DÉCIMA:** Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

#### **GARANTIA DE EXECUÇÃO**

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA:** Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

#### **DAS INFRAÇÕES E DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

**CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA:** A CONTRATADA será responsabilizada administrativamente, nos termos da Lei Federal nº 14.133, de 2021, se:

- a) Der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) Der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) Der causa à inexecução total do contrato;
- d) Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) Apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) Praticar ato fraudulento na execução do contrato;

g) Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

h) Praticar ato lesivo previsto no art. 5º. da Lei Federal nº. 12.846/2013.

**12.1.** São consideradas situações caracterizadoras de descumprimento total ou parcial das obrigações contratuais, dentre outras:

a) Não atendimento às especificações técnicas relativas ao objeto previsto neste Contrato ou instrumento equivalente;

b) Não manutenção das condições de habilitação e qualificação exigidas na contratação;

c) Não manutenção da regularidade fiscal perante o CAGEF.

d) Retardamento imotivado da execução do objeto ou de suas etapas;

e) Paralisação da execução do objeto, sem justa causa e prévia comunicação ao TRIBUNAL;

f) Entrega de objeto/mercadoria falsificado, furtado, deteriorado, danificado ou inadequado para o uso, como se verdadeiro ou perfeito fosse;

g) Alteração de substância, qualidade ou quantidade do objeto entregue;

h) Execução insatisfatória;

g) Erro de execução;

j) Perda da capacidade técnico operacional;

k) Inidoneidade de informações prestadas à Fiscalização.

**CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA:** Serão aplicadas à CONTRATADA que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

a) **Advertência**, quando a CONTRATADA der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

b) **Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

c) **Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave;

d) **Multa**, observados os seguintes limites:

**d.1. Moratória de 0,3% (zero vírgula três por cento)** por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias;

**d.2. Moratória de até 20% (vinte por cento)** sobre o valor da parcela inadimplida, no caso de atraso superior a 30 (trinta) dias, ou entrega de objeto com vícios ou defeitos ocultos que o tornem impróprios ao uso, ou, ainda, fora das especificações contratadas, com a possível rescisão contratual;

**d.3. Compensatória de 0,5% (cinco décimos por cento) até 30% (trinta por cento)** sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto, no caso de inexecução total do objeto.

**13.1.** Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a de multa.

**13.2.** O valor da multa aplicada deverá ser recolhido no prazo de 05 (cinco) dias a contar da data da notificação da sanção.

**13.2.1.** Na hipótese de multa contratual, se esta não for recolhida no prazo estabelecido no subitem **13.2** acima, o valor da multa aplicada poderá ser descontado da garantia do contrato e/ou de pagamentos eventualmente devidos à CONTRATADA e/ou cobrada judicialmente.

**13.2.2.** Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamentos eventualmente devidos pelo TRIBUNAL à CONTRATADA, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

**13.2.3.** A atualização do valor das multas será de acordo com o que prescreve o art. 50 do Decreto Estadual nº. 46.668/2014.

**13.3.** A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao TRIBUNAL.

**13.4.** A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa à CONTRATADA, observando-se o procedimento previsto no *caput* e parágrafos do art. 158 da Lei Federal nº. 14.133/2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

**13.4.1.** Antes da aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, nos termos do art. 157 da Lei Federal nº 14.133/2021.

**13.5.** Na aplicação das sanções serão considerados:

- a)** A natureza e a gravidade da infração cometida;
- b)** As peculiaridades do caso concreto;
- c)** As circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d)** Os danos que dela provierem para o TRIBUNAL;
- e)** A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

**13.6.** Os atos previstos como infrações administrativas na Lei Federal nº. 14.133/2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei Federal nº. 12846/2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.

**13.7.** A personalidade jurídica da CONTRATADA poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o sancionado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

**13.8.** O TRIBUNAL deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ele aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.

**13.9.** As sanções serão obrigatoriamente registradas no Cadastro de Fornecedores Impedidos de Licitar e Contratar com a Administração Pública Estadual - CAFIMP, devendo a CONTRATADA ser descredenciada junto ao Cadastro de Fornecedores do órgão ou entidade promotora da licitação, por igual período, sem prejuízo das multas previstas neste Contrato e das demais cominações legais.

**13.10.** Os instrumentos de defesa prévia e de recursos eventualmente interpostos pela CONTRATADA deverão ser instruídos com os documentos hábeis à prova das alegações neles contidas.

**13.11.** As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei Federal nº. 14.133/2021.

**13.12.** Os débitos da CONTRATADA para com o TRIBUNAL, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo TRIBUNAL decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que a CONTRATADA possua com o TRIBUNAL.

**13.13.** Sem prejuízo das sanções previstas neste Contrato, os atos lesivos à Administração Pública previstos na Lei Federal nº. 12.846/2013 sujeitarão os infratores às penalidades previstas na referida lei, conforme disposições da Resolução nº. 880/2018 do Órgão Especial deste TRIBUNAL, que institui e regulamenta o Processo Administrativo de Responsabilização - PAR no âmbito do Poder Judiciário do Estado de Minas Gerais e do Manual do Processo Administrativo de Responsabilização – PAR, instituído pela Portaria nº. 4.713/PR/2020 deste TRIBUNAL.

**13.14.** O não cumprimento ou o cumprimento irregular das cláusulas contratuais autoriza a Administração a promover a extinção do Contrato, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei Federal n. 14.133/2021.

**13.15.** O Contrato poderá ser aditado para permitir a adoção dos meios alternativos de resolução de controvérsias.

#### **DA RESPONSABILIDADE POR PERDAS E DANOS**

**CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA:** Sem prejuízo das disposições referentes às penalidades e garantias, a CONTRATADA responderá, perante o TRIBUNAL pelas perdas e danos diretos que vier a lhe causar ou a terceiros na execução deste Contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento do serviço pelo TRIBUNAL.

**14.1.** Nos casos em que houver rescisão do Contrato por culpa da CONTRATADA, a multa compensatória prevista na alínea “d.3” da Cláusula Décima Terceira valerá como mínimo de indenização, podendo o TRIBUNAL exigir indenização suplementar caso constate prejuízo excedente.

#### **DA ALTERAÇÃO**

**CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA:** Este Contrato poderá ser alterado nas hipóteses previstas no art. 124 da Lei Federal nº. 14.133/2021, ficando a CONTRATADA obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos e supressões do objeto, observados os limites legais, sem que isso implique aumento do preço proposto.

**15.1.** Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei Federal nº. 14.133/2021.

### **DA HIPÓTESE DE ALTERAÇÃO SOCIAL DA CONTRATADA**

**CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA:** A alteração social ou modificação da finalidade ou da estrutura da CONTRATADA, que restrinja sua capacidade de concluir o objeto, ensejará a extinção antecipada do Contrato.

**16.1.** Na hipótese de cisão, o TRIBUNAL poderá rescindir o Contrato ou continuar sua execução pela empresa que, dentre as que surgirem, melhor atenda as condições iniciais de habilitação em relação ao prazo restante do Contrato.

**16.2.** A ocorrência de cisão, fusão, incorporação ou associação com outrem deverá ser formalmente comunicada ao TRIBUNAL, com a documentação comprobatória da alteração, devidamente registrada.

**16.2.1.** A não apresentação do comprovante em até 05 (cinco) dias úteis após o registro da alteração social ocorrida implicará aplicação da sanção de advertência e, persistindo a situação, poderá ser rescindido este Contrato por culpa da CONTRATADA, com a aplicação da multa e das demais sanções previstas neste Contrato.

**16.3.** Se a alteração social implicar mudança da pessoa jurídica CONTRATADA, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva do Contrato.

### **DA ANTICORRUPÇÃO**

**CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA:** A CONTRATADA declara conhecer as normas de prevenção à corrupção previstas na legislação brasileira, dentre elas a Lei Federal nº. 12.846/2013 e seus regulamentos, e se compromete, por si e por seus sócios, administradores e colaboradores, a cumpri-las fielmente, e observando os princípios da legalidade, moralidade, probidade, lealdade, confidencialidade, transparência, eficiência e respeito aos valores preconizados no Código de Conduta do TRIBUNAL, bem como exigir o seu cumprimento pelos terceiros por elas contratados.

**17.1.** A CONTRATADA deverá dar conhecimento aos funcionários de seus respectivos quadros que participarão da execução contratual, sobre o Programa de Integridade do TRIBUNAL e sobre as demais normas editadas por este TRIBUNAL sobre o tema.

### **DAS VEDAÇÕES**

**CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA:** É vedado à CONTRATADA:

- a)** Caucionar ou utilizar este Contrato para qualquer operação financeira;
- b)** Interromper a execução do objeto sob alegação de inadimplemento por parte do TRIBUNAL, salvo nos casos previstos em lei;
- c)** Contratar, durante a vigência deste Contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do TRIBUNAL ou do fiscal ou gestor do Contrato, nos termos do parágrafo único do [artigo 48 da Lei Federal nº 14.133, de 2021](#); e
- d)** Subcontratar o todo ou parte do objeto, sem a autorização do TRIBUNAL.

### **DA PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS**

**CLÁUSULA DÉCIMA NONA:** É dever das partes contratantes observar e cumprir as regras impostas pela Lei Federal nº. 13.709/2018 (LGPD), suas alterações e regulamentações posteriores, devendo ser observadas, no tratamento de dados, no âmbito do TRIBUNAL, a respectiva finalidade específica, a consonância ao interesse público e a competência administrativa aplicável.

**CLÁUSULA VIGÉSIMA:** É vedada à CONTRATADA a utilização de dados pessoais repassados em decorrência da contratação para finalidade distinta daquela do objeto do Contrato, sob pena de responsabilização administrativa, civil e criminal.

**20.1.** A CONTRATADA deverá adotar e manter medidas de segurança, técnicas e administrativas aptas a proteger os dados pessoais armazenados, processados ou transmitidos em decorrência deste Contrato contra acessos não autorizados e situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, vazamento ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito.

**20.1.1.** Caberá à CONTRATADA implantar política para tratamento, com ênfase na prevenção ao vazamento de dados, comprometendo-se a manter o sigilo e a confidencialidade de todas as informações repassadas em decorrência da execução contratual.

**20.1.2.** A CONTRATADA compromete-se ao correto processamento e armazenamento dos dados pessoais a ela atribuídos em razão de eventuais relações trabalhistas e/ou contratuais havidas em decorrência da contratação por este TRIBUNAL.

**20.1.3.** A CONTRATADA deverá adotar as medidas de segurança e proteção dos dados pessoais porventura recebidos durante e após o encerramento da vigência do pacto administrativo celebrado com o TRIBUNAL, com vistas, principalmente, a dar cumprimento às obrigações legais ou regulatórias do controlador, respeitando os prazos legais trabalhistas, previdenciários e fiscais para a guarda de tais dados, nos termos do art. 16, inciso I, da Lei Federal nº. 13.709/2018.

**20.2.** A CONTRATADA deverá comunicar ao TRIBUNAL, ao titular dos dados, e à Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD), no prazo de 02 (dois) dias úteis contado da incidência do fato, a ocorrência de incidente de segurança que possa acarretar risco ou dano relevante ao titular dos dados, em consonância com as providências dispostas no art. 48 da Lei Federal nº. 13.709/2018.

**20.3.** Para a execução do objeto deste Contrato, em observância ao disposto na Lei Federal nº. 13.709/2018 (LGPD), na Lei Complementar nº. 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal) e na Lei Federal nº. 12.527/2011 (Lei de Acesso à Informação) e ao princípio da transparência, a CONTRATADA e seus representantes ficam cientes do acesso e da divulgação, por este TRIBUNAL, de seus dados pessoais, tais como número do CPF, RG, estado civil, endereço comercial, endereço residencial e endereço eletrônico.

### **DA EXTINÇÃO ANTECIPADA DO CONTRATO**

**CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA:** A extinção antecipada deste Contrato poderá ser:

- a)** Determinada por ato unilateral e escrito do TRIBUNAL, exceto no caso de descumprimento decorrente de sua própria conduta;
- b)** Consensual, por acordo entre as partes, por conciliação, por mediação ou por comitê de resolução de disputas, conforme parâmetros definidos em regulamento específico do TRIBUNAL, desde que haja interesse do TRIBUNAL;
- c)** Determinada por decisão arbitral, em decorrência de cláusula compromissória ou compromisso arbitral definidos em regulamento específico do TRIBUNAL, ou por decisão judicial.

**21.1.** A extinção determinada por ato unilateral do TRIBUNAL e a extinção consensual deverão ser precedidas de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente e reduzidas a termo no respectivo processo.

**21.2.** Quando a extinção decorrer de culpa exclusiva do TRIBUNAL, a CONTRATADA será ressarcida pelos prejuízos regularmente comprovados que houver sofrido e terá direito a:

- a)** Pagamentos devidos pela execução do Contrato até a data de extinção;
- b)** Pagamento do custo da desmobilização.

**21.3.** No caso de extinção antecipada por culpa da CONTRATADA, a ela não assistirá direito a nenhum pagamento além da remuneração dos serviços efetivamente executados e aprovados, bem como dos custos dos materiais disponibilizados até a data do cancelamento dos serviços, considerados os preços constantes das Notas Fiscais.

**21.4.** A extinção determinada por ato unilateral do TRIBUNAL poderá acarretar, sem prejuízo das sanções previstas neste Contrato, as seguintes consequências:

- a)** Assunção imediata do objeto do Contrato, no estado e local em que se encontrar, por ato próprio do TRIBUNAL;
- b)** Ocupação e utilização do local, das instalações, dos equipamentos, do material e do pessoal empregados na execução do Contrato e necessários à sua continuidade;
- c)** Retenção dos créditos decorrentes do Contrato até o limite dos prejuízos causados ao TRIBUNAL e das multas aplicadas.

### **DOS CASOS OMISSOS**

**CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA:** Os casos omissos serão decididos pelo TRIBUNAL, segundo as disposições contidas na Lei Federal nº 14.133, de 2021, e demais normas aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei Federal nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 - Código de Defesa do Consumidor - e normas e princípios gerais dos contratos.

### **DA REGÊNCIA**

**CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA:** Este Contrato é regido pela legislação abaixo descrita, dentre outras:

- a)** Lei Federal nº 14.133, de 2021;
- b)** Lei Federal nº 13.709, de 2018 (LGPD);
- c)** Lei Federal nº 12.846, de 2013;
- d)** Resolução CNJ nº 400/2021, que dispõe sobre a política de sustentabilidade no Poder Judiciário;

e) Portaria TJMG nº 6371, de 10 de novembro de 2023.

**DA DIVULGAÇÃO NO PNCP**

**CLÁUSULA VIGÉSIMA QUARTA:** A eficácia deste Contrato decorrerá da sua divulgação no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

**24.1.** O TRIBUNAL providenciará a publicação do extrato contratual no órgão de comunicação oficial do Poder Judiciário do Estado de Minas Gerais ("Diário do Judiciário Eletrônico"), bem como a sua divulgação em seu sítio oficial na Internet.

**DO FORO**

**CLÁUSULA VIGÉSIMA QUINTA:** As partes elegem o foro da Comarca de Belo Horizonte para dirimir quaisquer dúvidas ou litígios eventualmente emergentes deste Contrato.

E, por estarem de acordo, assinam as partes o presente Instrumento eletronicamente, no Sistema Eletrônico de Informações do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais.

Belo Horizonte,

**PELO TRIBUNAL:**

MARCELO RODRIGUES FIORAVANTE  
Juiz Auxiliar da Presidência

**PELA CONTRATADA:**

XXXXXXXXXXXXXXXXXX  
XXX

**ANEXO I AO CT. XXX/2025**

**PROCESSO SISUP Nº. XXX/2025 - PROCESSO SIAD Nº. XXX/2025 - DISPENSA DE LICITAÇÃO/COTEP**

**DECLARAÇÃO DE NÃO ENQUADRAMENTO ÀS HIPÓTESES DE NEPOTISMO**

A empresa **XXXXXXXXXXXXXXXXXX**, CNPJ nº. **XXXXXXXXXXXX**, declara, sob as penas da lei e em cumprimento à Resolução CNJ nº. 07/2005 e às alterações introduzidas pela Resolução CNJ nº. 229/2016, que **não possui** em seu quadro societário cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade até o terceiro grau, inclusive, dos magistrados ocupantes de cargos de direção ou no exercício de funções administrativas, assim como de servidores ocupantes de cargos de direção, chefia e assessoramento vinculados direta ou indiretamente às unidades situadas na linha hierárquica da área encarregada da dispensa de licitação.

Belo Horizonte,

XXXXXXXXXXXXXXXXXX  
XXXX